

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, REALIZADA NO DIA 19 DE JULHO DE 2004.

Aos dezenove dias do mês de julho, do ano de dois mil e quatro, às dezenove horas, na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Vereadores, localizada na avenida Adolfo Schneider, nº 55 em Nova Prata, reuniram-se em sessão ordinária, os Vereadores: Flávio Antônio Sartori, Gilberto Romanzini, Oscar Nedeff, Sergio Zenbruski, Gilmar Peruzzo, Claudinir Chiomento, Agenor Pedro Zamin, Eraldo Domingos da Silva, José Assunção Godinho e Umberto Luiz Carnevalli. Ausente o Vereador Valdir Fochesatto, com falta justificada. Sob a Presidência do Vereador Flávio Antônio Sartori, foi aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se aos trabalhos da ordem do dia, assim deliberados: 1 -Aprovado por unanimidade de votos, o projeto de lei nº 135/2004 autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro, para pagamento e/ou reembolso de despesas com exames; dá outras providências. 2 - Também obteve aprovação unânime, o projeto de lei nº 139/2004 autoriza abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente, por transferência de recursos da União; dá outras providências. 3 - Todos os Vereadores aprovaram o projeto de lei nº 150/2004 autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar termo de convênio com o CTG Retorno à Querência; autoriza o repasse de subvenção ao CTG Retorno à Querência; revoga lei municipal nº 5249/2004; dá outras providências. 4 - Baixado para estudo da Comissão de Finanças, o projeto de lei nº 151/2004 autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente, por redução orçamentária; dá outras providências. EXPEDIENTE DO PODER LEGISLATIVO: 1 - Baixado para estudo da Comissão de Assuntos Gerais, o projeto de lei nº 007/2004, estabelece campanha municipal para arrecadação de medicamentos, junto à população e dá outras providências. 2 - Aprovado por todos os Edis, o pedido de informações formulado pelo Vereador Gilberto Romanzini, relativo ao Distrito Industrial. 3 - Aprovado por todos os Vereadores, pedido de informação formulado pelo Vereador Flávio Antônio Sartori, no sentido de que o Executivo envie à Câmara comprovantes de gastos com obras executadas. (canalização de esgoto no bairro São Cristóvão, projeto Pequeno Jardineiro e construção do centro de



informações turísticas em parceria com empresa privada). Nada mais havendo a tratar, o Presidente, agradeceu a presença de todos e em nome de Deus, declarou encerrada a presente sessão. Lavrouse esta ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Vereadores. PLENÁRIO, 19 DE JULHO DE 2004.

Ver. Flávio Antônio Sartori – PSDB

Presidente

Ver. Gilberto Romanzini - PT

scar 1

Vice-Presidente

Ver. Oscar Nedeff - PMDB

Secretário

Ver. Sergio Zenbruski - PFL

Ver. Gilmar Peruzzo - PMDB Líder de Bancada

Ver. Claudinir Chiomento - PSB

Líder de Bancada

Ver. Agenor Pedro Zamin - PFL

Líder de Bancada

Ver, Evaldo Domingos da Silva - PTB

Ver. José Assunção Godinho – PP

Líder de Bancada

Ver, Umberto Luiz Carnevalli - PTB

Líder de Bancada



ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, REALIZADA NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2004.

Aos vinte e dois dias do mês de novembro, do ano de dois mil e quatro, às dezenove horas e trinta minutos, na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Vereadores, localizada na avenida Cônego Peres, 148 em Nova Prata, reuniram-se em sessão ordinária, os Vereadores: Agenor Pedro Zamin, Claudinir Chiomento, Eraldo Domingos da Silva, Flávio Antônio Sartori, Gilberto Romanzini, Gilmar Peruzzo, José Assunção Godinho, Oscar Nedeff, Sergio Zenbruski, Umberto Luiz Carnevalli e Valdir Fochesatto. Sob a Presidência do Vereador Flávio Antônio Sartori, foi aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se aos trabalhos da ordem do dia, assim deliberados: Projetos de leis do Poder Executivo aprovados por unanimidade de votos: 1 - Projeto de lei nº 207/2004 autoriza a cedência de uma Servidora Pública Municipal ao Instituto de Previdência e Assistência Municipal - IPRAM; dá outras providências. 2 - Projeto de lei nº 215/2004 autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro, para pagamento e/ou reembolso 3 - Projeto de lei nº 216/2004 autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro, para pagamento e/ou reembolso de despesas com aquisição de medicamentos; dá outras providências. 4 - Projeto de lei nº 217/2004 autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro para pagamento e/ou reembolso de despesas com realização de exames; dá outras providências. 5 - Projeto de lei nº 218/2004 autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro, para pagamento e/ou reembolso de despesas com tratamento médico/hospitalar; dá outras providências. Projeto de lei do Poder Executivo, rejeitado por seis votos contrários e quatro votos favoráveis: 1 - Projeto de lei nº 197/2004 autoriza o Poder Executivo Municipal a ceder em comodato uma área de terras ao Automóvel Clube de Nova Prata; autoriza o Chefe do Poder Executivo, a firmar contrato de comodato; dá outras providências. Votaram contrários ao projeto de lei os Vereadores: Valdir Fochesatto, Oscar Nedeff, Gilberto Romanzini, Agenor Pedro Zamin, Claudinir Chiomento e Sergio Zenbruski. Votaram favoráveis ao projeto de lei, os Vereadores: Umberto Luiz



Carnevalli, Gilmar Peruzzo, Eraldo Domingos da Silva e José Assunção Godinho. **Projetos de leis do Poder Executivo, baixados para estudo das Comissões Técnicas Permanentes:** 1 - Projeto de lei n° 219/2004 autoriza abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente, por redução orçamentária; dá outras providências. 2 - Projeto de lei n° 220/2004 autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar subvenção a Comissão Central Permanente dos Congressos Florestais e Festas do Basalto; dá outras providências. 3 - Projeto de lei 221/2004 autoriza abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente, por redução orçamentária; dá outras providências. 4 - Projeto de lei n° 222/2004 autoriza abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente por transferência de recursos da União; dá outras providências.

EXPLICAÇÕES PESSOAIS

VEREADOR GILMAR PERUZZO - BANCADA DO PMDB:

Senhor presidente, senhores vereadores, platéia que nos acompanha. Queria deixar registrado aqui, que a questão relativa aos auxílios de saúde, eu achei por bem levantar essa questão e que bom que essa discussão evoluiu, porque o propósito é um só, é que a gente possa com calma e tranquilidade reler essa lei, ver no que é possível alterar essa lei, ouvir inclusive as propostas e as condenações feitas pelo colega Gilberto, até porque no mandato que vem apenas eu e ele estaremos aqui dos atuais componentes que aqui se encontram. Então colega Oscar, me parece importante apenas para fins de gerar essa discussão e para que não possam evoluir em cima da letra dessa lei que aí está, acho que essa é a nossa função, tentar argumentar para que as leis possam ser mudadas para melhor. Então esse é o nosso propósito, o objetivo foi alcançado acho que essa questão não é fechada, não é uma lei que possa se dizer que não há o que discutir nela, quem sabe o próximo secretário da saúde seja uma pessoa disponível para fazer essa discussão, quem sabe ele possa comparecer a essa Casa para que nós juntos procuramos evoluir de uma forma para atender de uma maneira mais rápida e mais justa para que aquelas pessoas que procuram o poder público para serem ajudadas na questão do auxílio doença. Apenas queria fazer esse registro e também dizer que esse ano não vai mais acontecer, mas o ano que vem quando



vierem projetos para essa casa e alguns membros aqui vão entregar o secretariado do futuro prefeito, temos o vice-prefeito, que desde logo se observe, que se vier algum projeto para essa Casa cedendo-a para uso de alguma entidade, que tenha um artigo dizendo que se não fizer aquilo que se está dizendo que vão fazer, se a entidade que pede um terreno e diz que vai construir nele, que tenha um artigo dando prazo para a entidade fazer, para não ficar aquela história que daqui a pouco cedeu o terreno e a entidade receber, aí passa 1 ano, passa 2, passa todo o tempo do prazo que foi estabelecido e a entidade faz a mesma coisa que o poder público vinha fazendo, ou seja, não mexe na área, então esse sim é um artigo importante, doou o terreno fez comodato por 10 anos, bom se até o 2° ano a entidade não fez o que disse que faria, o terreno volta para o poder público disponibilizar para outra coisa, me parece senhor presidente que nenhum dos projetos que venho até hoje a essa Casa tem esse dispositivo legal, eu não me lembro de ter, eu sei que existe naquela lei da área industrial que faz a doação dos terrenos, aí sim tem um prazo definido para construir. Para as entidades acho que a gente também tem que começar a tratar dessa maneira, até para criar uma responsabilidade maior. Obrigado.

VEREADOR FLÁVIO ANTÔNIO SARTORI – BANCADA DO PSDB: Senhores vereadores, platéia que nos prestigia nessa sessão. O que me leva a usar essa tribuna hoje, são algumas coisas que estão acontecendo e que nós estamos um pouco apreensivos. Nós temos a questão do telefone no distrito do Rio Branco, já era para estar estalado e foi dividido em regiões, ficando fora o Campestre, Santa Libera e Terra Gorada, que precisaria de duas centrais, mas até o momento eu não vi essa outra etapa ser começada e faltam só 40 dias para terminar o ano, me causa preocupação principalmente conversando com alguém da diretoria que não foi repassado 30.000,00 do 1° acordo que era de 120.000,00, e até o momento só foi repassado 90.000,00, faltando os 30.000,00, e o compromisso segundo o relato do presidente da associação, o senhor Niqueti, era que o prefeito se comprometeu em mandar outro projeto para essa Casa no valor de 30.000,00 para ser feita outra central, como é que nós vamos fazer essa descriminação se não for implantado lá, como os moradores dessa região vão se sentir, sendo descriminados porque tinha que ser feito em 2 etapas e a segunda não vai ser feita, então é uma preocupação muito grande, inclusive amanhã estou mostrando essa lei



para o promotor de justiça para ver o que se pode fazer, pois afinal de contas eu não quero arcar com as ônus desse projeto, essa emenda feita pelo Eraldo da Silva que essas outras localidades fossem incluída e no entanto não estão sendo contempladas, então nós vamos cobrar das autoridades competentes essa questão para vermos a viabilidade. Outra preocupação nossa é a questão da nota prata, nós estamos vendo o que está acontecendo esse ano com as notas prata, ao invés de ficarem as cautelas para serem trocadas na prefeitura, os próprios lojistas estão dando essas cautelas, muitas vezes deixando de dar notas fiscais em troca dessas cautelas, mas isso não é uma força do sonegação do ICM, então eu acho que desvirtuou um pouco essa questão nota prata, que em muitas lojas já acompanhei, e estou vendo lojistas em vez de dar as notas fiscais dão as cautelas, isso está desvirtuando a campanha, nós estamos incentivando a sonegação, nós devemos rever isso, quem sabe ainda há tempo no restante desse período, para que se recolha esses talões e que e faça entrega somente na prefeitura, afinal de contas, nada adianta incentivarmos a arrecadação onde nós fizemos o contrário. Então são preocupações que nos afligem com esse tipo de atitude, não sei de quem partiu se foi da CIC ou da CDL, ou se foi um convênio que fizeram com a prefeitura, então nós devemos cobrar das entidades ligadas a isso para saber como foi feito esse acordo. Outra questão que nos deixa preocupado é a questão que em época de eleição tinha brita a vontade, agora o cara quer fazer uma calçada não tem pó de brita, ou dizem que o britador está quebrado, muitos essa semana me ligaram dizendo que estavam reivindicando um pó de brita para fazer uma calçada, fui na prefeitura me disseram que o britador está quebrado. Porque antes tinha a vontade e agora dizem que está quebrado, é fácil, na época tinha a vontade e agora nada, acho que é obrigação da prefeitura dar esse pó de brita para as pessoas embelezarem a cidade, todos reclamam disso, agora uma coisa básica, um pó de brita, nem isso tem para as pessoas poderem fazer suas coisas, não estou falando de brita nas estradas, mas principalmente nessas coisas básicas que é fazendo a sua calçada, então a resposta da prefeitura é que quebrou o britador ou que a carregadeira está estragada. Então isso nos deixa um pouco preocupados mas quero dizer que acho que vai ser uma transição, embora ainda algumas informações não estão chegando a contento como nós pedimos, mas acho que no decorrer dos dias a gente acerta esse período de transição, e nós hoje conversamos com Mário,



algumas coisas ele nos deu nos dedos, mas nós temos paciência, vamos enviar como correspondência para nós deixarmos notificado por escrito daquilo que a gente está pedindo, já que verbalmente a gente não conseguiu, mas isso com o passar dos dias, acho que nós vamos chegar a bom tempo para que se possa fazer realmente uma transição tranquila. Obrigado.

VEREADOR OSCAR NEDEFF -BANCADA DO PMDB: Senhor presidente, senhores vereadores, platéia que nos acompanha. Vou usar a tribuna rapidamente para deixar em ata essa questão da lei da saúde, para que fique esclarecido que eu não sou uma pessoa má, que eu não sou uma pessoa insensível, muito pelo contrário, é pensando nos mais pobres, naqueles que efetivamente não tem da onde prover recursos que se não do órgão público, eu defendo a manutenção dessa lei para o ano que vem, alguma melhorada na lei sempre é possível, um diálogo dos novos vereadores podem ter melhores idéias do que nós tivemos e acharem alguma coisa melhor do que existe. Sem falsa modéstia até porque essa lei foi feita por todos nós, acredito que não precise mexer muito nessa lei, mas alguma coisa para caminhar. Dizer vereador Flávio, que eu fui um que cobrei nessa tribuna que se fizesse a transição de forma mais rápida e mais calma, não pode vim do grupo que ganhou a eleição, não pode. Quem pode cobrar uma transição civilizada somos nós, quem ganhou a eleição não pode, porque nós não podia entrar na prefeitura a não ser no dia 1° de janeiro há 8 anos atrás, eu sou contra isso, acho que a transição tem que ser civilizada, tem que se passar todos os dados disponíveis, o que tem de projetos entre a prefeitura e diversos órgãos do estado, o município segue, mas com todo o respeito os senhores não podem nos cobrar isso. O vereador Valdir a partir de 1° de janeiro é vice-prefeito, não vamos remexer no passado, já disse em outra ocasião como existia uma grande pressão para que se fizesse devassar, eu respondia a todos que não sou traça para gostar de papel velho, o Valdir lembra que entramos lá com as pastas vazias, então só espero que não tenha essa cobrança em cima de nós, porque nessa ocasião eu estava, nós assumimos dia 1° de janeiro, espero que essa administração faça essa grandeza bem diferente, que passe todas as informações que a nova administração precisa, para que não se sofra nenhum tipo de perda de projetos que estejam em andamento, mas para ficar nos anais, porque se fossemos devolver a gentileza como fomos brindados na ocasião a



coisa teria sido bem mais complicada. Essa questão da brita, realmente acho que está na hora de fechar esse britador, vocês que estão assumindo, acho que está na hora de fechar, ele é uma máquina de comer dinheiro, funciona um mês e dois meses não funciona, o custo dessa brita é muito alto, é vantagem comprar a brita já feita, no tamanho que se quer, o vereador Gilmar está fazendo um ar de estranheza, faça a conta, uma carregadeira parada, mais dois caminhões trabalhando, o britador em si, mais a luz e vamos chegar a conclusão que é bem mais fácil comprar as britas, para não acontecer como hoje, quebra o britador, não se tem brita nenhuma, então que se pense na possibilidade de se comprar aqui em Nova Prata mesmo, não precisamos ir no Parai comprar apesar de lá ser bem mais barato. Me preocupa e cabe para encerrar, uma correspondência da CIC e CDL, alertando e colocando a par das entidades, das direções, essa questão da nota prata, não precisamos citar casos específicos, mas enfim, que tem se visto no comércio esse tipo de procedimento que desvirtua sem dúvida nenhuma tudo o que se quer com a campanha nota prata. Deixo então como pedido, e o senhor como presidente encaminhe essa correspondência aos promotores da campanha o que está acontecendo, até porque o forte das vendas é a partir de agora até o natal, temos tempo de corrigir ainda. Obrigado.

VEREADOR AGENOR PEDRO ZAMIN – LÍDER DE BANCDA DO PFL: Senhor presidente, vereadores, platéia que nos assiste. Inicio falando sobre o projeto que passou por essa Casa da associação para um novo Rio Branco da telefonia, onde foi colocado aqui uma emenda do vereador Eraldo, mas não esquece presidente, amanhã o senhor estará no ministério público, de colocar emenda que eu fiz para que se fizesse uma licitação pública para contratar a empresa para fazer o serviço de telefonia, o qual não foi feito e sim fizeram por convite e está assim como está, deveria ser publicado em diário oficial, em jornal de circulação na região e nada disso foi feito. Na campanha nota prata, ela é feita da seguinte forma, obriga o comércio a fornecer a nota para o consumidor, e o consumidor troca na prefeitura pelas cartelas, aonde concorre a prêmios no final do ano, e está sendo feito ao contrário, as cartelas são entregues pelos lojistas esses dão direito ao consumidor e não dão a nota, isso é renuncia de receita, estão fazendo ao contrário, eles tem que recolher imediatamente esse talões que estão por aí, cadê o fiscal? O prefeito



falou hoje de manhã na rádio Prata, que as máquinas, os caminhões serão concertados por um custo baixíssimo de 30.000,00 mil, tudo vai ficar em dia, eu acho que 30.000,00 mil é muito dinheiro, porque não se tem nada vão gastar aonde esse dinheiro? Vai ser feito um gasto elevado para comprar máquinas novas, tem caminhões que nem rebocado não sai do lugar. Os auxílios médicos, funeral, o funeral não passa por essa Casa, é dado um salário mínimo para essas pessoas que precisam. Os auxílios tem que ter regra e da mesma forma tem que ter fiscalização em torno disso, eu participei de uma reunião com o conselho municipal de saúde, onde a reclamação era de que as pessoas que nós aprovamos os auxílios aqui na Câmara que são dívidas de hospitais, médicos e farmácias, muitos desses objetivos não chega, o dinheiro não chega até o médico, isso foi nos passado pelo conselho de saúde, então buscar esses auxílios de saúde e depois não ter o destino que deveria ter. Automóvel clube, não tem mais ninguém aqui, mas devem ter saído daqui satisfeitos pelo que ouviram, quem garantiu que iriam fazer alguma coisa naquela área, a não ser a cede social, existe o meio ambiente, metade é mato, acho que 80%, iriam fazer o que no meio do mato? Então devem ter saído daqui satisfeitos, porque não adianta, o Executivo na verdade quis agradar o automóvel clube, agora nós não estamos aqui para agradar ninguém, acima de tudo somos responsáveis, não adianta agradar hoje e como é que fica na hora de fazer, nós trabalhamos sério, então eles devem ter saído daqui satisfeitos pelo o que ouviram. Obrigado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, agradeceu a prese4nca de todos e em nome de Deus, declarou encerrada a presente sessão. Lavrou-se esta ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Vereadores. PLENÁRIO, 22 DE NOVEMBRO DE 2004.

Ver. Agenor Pedro Zamin – PFL Líder de Bancada

Ver. Claudinir Chiomento - PSB

Líder de Bancada

Ver. Eraldo Domingos da Silva – PTB



Ver. Flávio Antônio Sartori – PSDB Presidente

Ver Gilberto Romanzini PT

Líder de Bancada

Ver. Gilmar Peruzzo - PMDB

Líder de Bancada

Ver. José Assunção Godinho – PP Líder de Bancada

Ver. Oscar Nedeff - PMDB

Ver. Sergio Zenbruski – PFL

Ver. Umberto Luiz Carnevalli – PTB

Líder de Bancada

Ver. Valdir Føchesatto – PSDB

Líder de Bancada.